

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

DANIEL CLEU ALVES MARQUES

**O EMPREGO RURAL FORMAL NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ:
um estudo sobre as condições de trabalho na pecuária**

**QUARAÍ
2013**

DANIEL CLEU ALVES MARQUES

**O EMPREGO RURAL FORMAL NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ:
um estudo sobre as condições de trabalho na pecuária**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin

Coorientador: Ms. João Daniel Dorneles Ramos

**QUARAÍ
2013**

DANIEL CLEU ALVES MARQUES

**O EMPREGO RURAL FORMAL NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ:
um estudo sobre as condições de trabalho**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (B)

Prof(a). Dr(a). DANIEL GUSTAVO MOCELIN

Orientador

UFRGS

Prof(a). Dr(a). GUILHERME FRANCISCO WATERLOO RADOMSKY

UFRGS

Prof(a). Dr(a). JALCIONE PEREIRA DE ALMEIDA

Instituição

Quaraí 29 de agosto de 2013.

*Dedico esta conquista aos meus pais
Saul Pacífico Marques (em memória), e
Dalila Alves Domingues.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por todas as oportunidades de busca da vitória.

Aos meus familiares e amigos por sempre terem uma palavra de “vai em frente”.

À coordenadora Sandra Máxima e demais funcionários do polo UAB de Quaraí, por contribuírem para minha formação dando suporte necessário.

Aos colegas por terem contribuído para minha formação.

Ao orientador Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin pela relevante contribuição para a elaboração deste trabalho, bem como a paciência e competência técnica.

Ao Coorientador Ms. João Daniel Dorneles Ramos, pelas contribuições neste trabalho e pela atenção e dedicação na construção do mesmo.

A todos os professores e tutores das demais disciplinas, pois tive o privilégio de aprender sobre o desenvolvimento.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo honra de estudar nesta importante instituição de ensino superior.

Ao Ex-prefeito João Carlos Vieira Gediel e demais companheiros que juntos tiveram a coragem de implantar o polo UAB em Quaraí, proporcionando a mim a oportunidade de alcançar este objetivo que é a formação superior.

Ao Sr. Eduardo Macedo proprietário da GAP Genética, gestores e funcionários, por contribuírem com meus estudos durante o estágio na Estância São Pedro.

Ao Sr. Rubem Renato Mello Gomes, presidente da Cooperleite, gestores e funcionários, por ser bem recebido e por contribuírem para o êxito do estágio nesta importante agroindústria.

Aos trabalhadores rurais por contribuírem com informações relevantes para a construção deste estudo.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para minha formação.

RESUMO

O presente estudo analisa as condições de trabalho na pecuária no município de Quaraí, localizado na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Durante os estudos buscou-se analisar aspectos relacionados ao bem-estar dos trabalhadores rurais empregados formalmente na pecuária e verificar se as condições de trabalho são atrativas para o trabalhador na pecuária. O estudo é qualitativo, realizado com pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema de estudo, e com roteiro de entrevistas semiestruturadas com cinco empregados rurais formalizados em atividade na pecuária e dois trabalhadores rurais aposentados. No aspecto conceitual buscou-se uma bibliografia que desse respaldo amplo e que abordasse o trabalho rural, as condições de trabalho e a satisfação dos trabalhadores rurais. O estudo busca analisar se o trabalho formal na pecuária pode gerar bem-estar aos trabalhadores rurais, considerando que ao não gerar satisfação, pode estar afastando os trabalhadores do emprego na pecuária. Após serem analisadas as condições de trabalho, identificou-se que o aspecto moradia é o que mais causou satisfação aos trabalhadores em atividade, e que a renda é o aspecto que mais gera insatisfação para estes trabalhadores. Outro aspecto que chama a atenção são os riscos de acidente de trabalho que os trabalhadores ficam expostos durante suas atividades.

Palavras-chave: condições de trabalho, emprego rural, satisfação e/ou insatisfação no emprego.

RESUMEN

El presente estudio analiza las condiciones de trabajo en la pecuaria del municipio de Quaraí, localizado en la región de la frontera oeste del Rio Grande del Sur. Durante los estudios se procuró analizar los aspectos relacionados al bien-estar de los trabajadores rurales empleados de manera formal en la pecuaria e comprobar si las condiciones de trabajo son atractivas para el trabajador de la pecuaria. El estudio es cualitativo, realizado a través de investigaciones bibliográficas relacionadas al tema de estudio y con guion de entrevistas semiestructuradas con 05 empleados rurales registrados activos en la pecuaria y 02 trabajadores rurales jubilados. En el aspecto conceptual se buscó una bibliografía que contemplase un amplio respaldo y que abordara el trabajo rural, las condiciones de trabajo y la satisfacción de los trabajadores rurales. El estudio busca analizar si el trabajo con un contrato formal en la pecuaria puede generar bien-estar a los trabajadores rurales, considerando que, al no generar, satisfacción puede estar alejando los trabajadores del trabajo en la pecuaria. Después de ser analizadas las condiciones de trabajo, se identificó que el aspecto moradía es el que más ha causado satisfacción a los trabajadores en actividad, y que la renta mensual es el aspecto que más genera insatisfacción para estos trabajadores. Otro aspecto que llama la atención son los riesgos de accidente de trabajo a lo que los trabajadores están expuestos durante sus actividades..

Palabras-clave: Condiciones de trabajo, empleo rural, satisfacción y/o insatisfacción en el empleo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização do municio de Quaraí..... | 17 |
|--|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do município de Quaraí..... | 20 |
| QUADRO 2 - Estratificação fundiária..... | 20 |
| QUADRO 3 - Situação social dos entrevistados..... | 30 |
| QUADRO 4: Idades de ingresso trabalho, carteira assinada, e idade atual dos trabalhadores..... | 31 |
| QUADRO 5 - Índice de escolaridade dos trabalhadores entrevistados..... | 31 |

LISTA DE ABREVIATURAS

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SR – Sindicato Rural.

PRORURAL - Programa de Assistência Rural

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 O MUNICÍPIO DE QUARAÍ E A ATIVIDADE PECUÁRIA..... | 17 |
| 1.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS..... | 19 |
| 1.2 PECUÁRIA..... | 21 |
| 2 CONDIÇÕES DE TRABALHO RURAL E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL..... | 23 |
| 2.1 ORIGEM E TRAJETÓRIA DO TRABALHO RURAL..... | 23 |
| 2.2 FORMAÇÃO DA MÃO DE OBRA RURAL E SUA IMPORTANCIA SOCIAL..... | 24 |
| 2.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PECUÁRIA..... | 25 |
| 2.4 ATORES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO RURAL..... | 28 |
| 3 OS TRABALHADORES RURAIS E A SATISFAÇÃO E/OU INSATISFAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PECUÁRIARIA NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ..... | 30 |
| 3.1 ASPECTO SOCIAL..... | 30 |
| 3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES..... | 32 |
| 3.2.1 Moradia e alimentação..... | 33 |
| 3.2.2 Jornada de trabalho e renda..... | 33 |
| 3.2.3 Acidentes de trabalho..... | 36 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 39 |
| REFERÊNCIAS..... | 42 |
| APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas realizadas com 05 trabalhadores formais na pecuária em Quaraí..... | 45 |
| APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas realizadas com 02 trabalhadores formais aposentados na pecuária em Quaraí..... | 47 |
| APÊNDICE C – Termo de consentimento esclarecido..... | 49 |

INTRODUÇÃO

A pecuária associada com as demais atividades produtivas rurais é responsável por geração de renda, pelos impostos e empregos. Essas atividades são relevantes para o equilíbrio econômico municipal. Porém tão importante quanto essas atividades são as pessoas que fazem parte desse contexto, que trabalham e garantem seu sustento, que coletivamente contribuem para o desenvolvimento rural local.

O presente estudo visa analisar se o trabalho formal na pecuária proporciona bem-estar aos trabalhadores e se as condições de trabalho estão servindo de motivo ou não para afastar os trabalhadores deste tipo de emprego.

Outro motivo para a escolha deste tema em estudo foi por perceber que existem muitos trabalhos voltados ao mundo rural, com uma diversidade de temas sociais, econômicos e ambientais. Dentro do aspecto sociológico, a “classe” dos trabalhadores rurais na pecuária cumpre um papel importante para a produção e contribui para a manutenção da população rural.

Segundo Buainain e Dedecca (2008), existe falta de estudos de forma abrangente sobre o trabalho e o emprego agropecuário, e que este vazio representa a extinção e falta de importância do emprego agropecuário. No entanto, para os autores milhões de trabalhadores dependem de empregos na agropecuária, sejam estes formais ou informais.

Para a compreensão empírica deste estudo buscou-se por meio de pesquisa qualitativa, perceber a realidade dos trabalhadores da pecuária local. Para tal, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com trabalhadores formais, ou seja, com carteira assinada.

A escolha das pessoas entrevistadas foi por meio dos seguintes critérios: que estivessem em atividade na pecuária, e que estivessem trabalhando em propriedades localizadas dentro do espaço rural do município.

Os entrevistados foram escolhidos entre as três regiões do município. Para evitar causar constrangimentos aos trabalhadores escolhidos, as entrevistas foram realizadas em local externo ao ambiente de trabalho.

A pecuária no município de Quaraí é a atividade econômica predominante no espaço rural, com 36,13 % do PIB municipal (FEE, 2008), sendo também uma fonte de geração de empregos com aproximadamente 600 trabalhadores cadastrados (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2013). Porém, a possibilidade de escassez de mão de obra na

pecuária representa uma ameaça para o equilíbrio da produção no campo. As condições de trabalho nesta atividade podem estar contribuindo para a escassez referida, pois baixos salários, jornada excessiva, trabalho insalubre, exposição ao perigo de acidentes e, geralmente, sem o reconhecimento profissional necessário podem levar os trabalhadores a abandonarem seus trabalhos no meio rural e buscarem alternativas de inserção socioeconômica.

No município houve uma redução da população rural acentuada no período entre 1970 e 2000, onde foi reduzida de 6.412 para 1.942 habitantes (IBGE, 2000).

Atualmente, além das pessoas que estão empregadas, a pecuária local necessita contratar trabalhadores, porém enfrenta dificuldades para encontrar pessoas qualificadas e até mesmo pessoas sem a qualificação exigida para ocuparem a totalidade dos postos de trabalho existentes. Neste sentido temos uma questão para ser enfrentada, pois se a mão de obra rural é formada a partir de uma população rural que está inserida neste meio, se tivermos uma redução dessa população provavelmente teremos uma redução de mão de obra (Sindicato dos Trabalhadores Rurais 2013).

Outro fator importante é a forma de aprendizado desses trabalhadores, que começam desde criança ao lado dos pais na atividade pecuária, e passando à condição de profissional já na adolescência. Um problema decorrente disso é que muitos jovens abandonam os estudos para trabalhar e ajudar os pais na pecuária, e por isso não se qualificaram. De acordo com a pesquisa de campo realizada atualmente se percebe uma mudança nessa situação no sentido de que a maioria dos trabalhadores rurais possui residência na cidade e continuam trabalhando no campo. Outros estimulam seus filhos a irem para a cidade para estudar e buscar outras oportunidades (Sindicato dos Trabalhos Rurais 2013).

A pecuária é uma atividade de importância social, e econômica. A escassez da mão de obra na pecuária afeta a produção, mesmo que em algumas propriedades estejam utilizando-se sistemas de produção modernizados com menor utilização de mão de obra. Este é um problema percebido em nível local e regional que vem se agravando principalmente nos últimos anos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais 2013).

Mesmo que haja estudos que tratem do emprego formal rural, como por exemplo, os publicados pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), existem poucos trabalhos que relacionam especificamente as condições de trabalho e a satisfação com o problema da escassez de mão de obra, algo que mostra ligação direta ao Desenvolvimento Rural. Assim, é relevante esta pesquisa pela

oportunidade de produzir informações que possam auxiliar na elaboração de políticas públicas sobre a mão de obra rural, por exemplo, cursos de qualificação em escolas rurais, melhoramento da renda, entre outras que possibilitem melhorias do bem estar no trabalho. Neste estudo busca-se identificar algumas causas desse problema para gerar informações, visando possíveis proposições e intervenções nos aspectos sociais e econômicos no âmbito do município.

Partindo-se destes aspectos, a problemática desta pesquisa se detém nas seguintes questões: o emprego rural formal é uma alternativa para os trabalhadores rurais ou as atuais condições de trabalho oferecidas estão contribuindo para o agravamento da escassez da mão de obra rural no município de Quaraí, uma vez que não são empregos atrativos para o trabalhador? Quais as condições de trabalho na atividade pecuária do município de Quaraí, RS? Qual sua influencia na escassez da mão de obra?

Para responder a essas questões, optou-se por desenvolver esta pesquisa sobre as condições de trabalho de um grupo de empregados na pecuária, visando compreender se as condições de trabalho oferecidas atualmente aumentam ou diminuem a satisfação dos empregados formais com o trabalho.

O **objetivo geral** do estudo foi o de identificar as condições de trabalho formal na pecuária e verificar se estas são atrativas para o trabalhador. Como **objetivos específicos**, buscou-se:

- Identificar aspectos relacionados ao bem-estar dos trabalhadores rurais empregados formalmente na pecuária;
- Identificar os fatores que contribuem nas condições de trabalho para a escassez da mão de obra na pecuária.

Como o problema da escassez da mão de obra rural apresenta-se amplo e complexo, foi necessário fazer um recorte sendo escolhido o tema sobre as condições de trabalho na pecuária para ser estudado.

O primeiro passo foi realizar uma pesquisa bibliográfica exploratória em busca de textos que ajudassem na delimitação do campo de estudo, e que contribuíssem para a compreensão das condições de trabalho na pecuária, da escassez da mão de obra rural e da relação com o desenvolvimento rural.

Para realizar o estudo empírico foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco trabalhadores empregados formalmente com a finalidade de perceber essas condições de acordo com o entendimento dos entrevistados. O roteiro utilizado nas

entrevistas está disponibilizado no apêndice A.

Como forma de complemento aos dados obtidos sobre a atualidade da questão, foram ainda realizadas entrevistas com dois trabalhadores aposentados que vivenciaram as condições de trabalho na pecuária no passado. Objetivou-se, assim, identificar na visão dos trabalhadores, como eram essas condições de trabalho em tempos anteriores e fazer comparações com a realidade atual apresentada pelos entrevistados em atividade profissional, e assim possibilitar uma melhor análise da problemática. O roteiro utilizado nas entrevistas pode ser acessado no apêndice B.

Além de realizar a pesquisa empírica foi realizada uma revisão bibliográfica e consultas a materiais de instituições como FEE e IBGE entre outras, para obter um panorama da situação da mão de obra rural e subsidiar a análise. Com a utilização do roteiro de entrevistas buscou-se explorar assuntos relacionados às condições de trabalho e o perfil dos trabalhadores bem como outros assuntos envolvendo temas sociais e culturais.

Para atingir os objetivos deste estudo, de compreender e explicar o problema da escassez da mão de obra foi utilizado a metodologia qualitativa. A pesquisa de campo foi realizada fora do local de trabalho dos entrevistados no período de 1º/05/2013 a 20/05/2013. A utilização dos dados coletados nas entrevistas foi autorizada pelos trabalhadores entrevistados mediante assinatura de termo de consentimento que pode ser acessado no apêndice C e, também, autorização oralmente gravada.

O trabalho está organizado em quatro partes. No primeiro capítulo apresenta-se o município de Quaraí e suas características rurais.

No segundo capítulo buscou-se realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema do desenvolvimento rural, o tema da mão de obra rural e as implicações que o êxodo rural e a redução de mão de obra acarretaram no contexto pesquisado. Acredita-se que uma identificação dos impactos econômicos gera informações suficientes para que sejam pensadas políticas públicas para o meio rural.

No terceiro capítulo, baseado nos dados obtidos com as entrevistas, analisa-se como estão as condições de trabalho a partir da identificação e descrição das características dos trabalhadores rurais na pecuária, bem como se evidencia o entendimento dos entrevistados, de uma forma geral, sobre os processos nos quais estão inseridos.

Nas considerações finais apresentam-se as reflexões sobre as condições de

trabalho na pecuária e como estas influenciam os sentimentos de satisfação e/ou insatisfação, e também se estas condições são atrativas para os trabalhadores se manterem em seus empregos.

1 O MUNICÍPIO DE QUARAÍ E A ATIVIDADE PECUÁRIA

O município de Quaraí está localizado na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Suas coordenadas limitantes são 29°55' e 30°32'S e 55°39' e 56°40'WGr seus limites são ao noroeste com Uruguaiana, ao nordeste com Alegrete, ao leste com Rosário do Sul, ao sul com Santana do Livramento e ao oeste com o Departamento de Artigas – República Oriental do Uruguai. Tendo como divisor da fronteira o Rio Quaraí. A área do território do município é de 3.270,10 km², (LEMES, 2006, p.10).

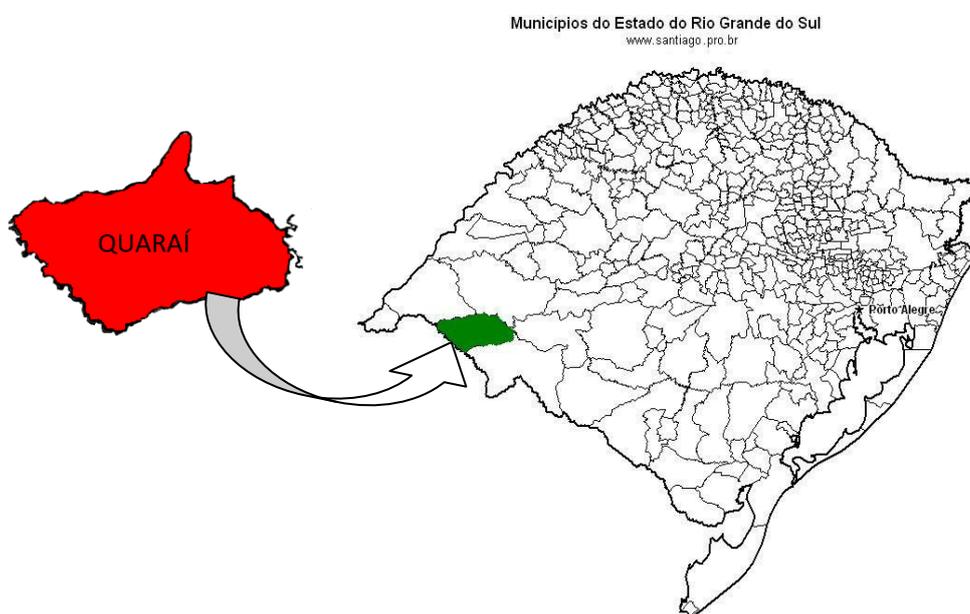


FIGURA 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com a localização do município de Quaraí.

Fonte: SIQUEIRA (2013), adaptado pelo autor.

O nome Quaraí é de origem indígena “Kuã-y” que pode significar “rio dos buracos”. Nas terras de Quaraí viveram os índios Charruas, Guenoas, Jarás e Minuanos. A língua falada era o Chaná (SIMÕES, 1993, P.7). Segundo esse autor, a ocupação e formação do município se deram no período das guerras cisplatinas, que colocavam em risco a estabilidade política dos latifundiários monarquistas devido às ameaças provocadas pelas ações republicanas lideradas pelo General uruguaio Artigas.

Uma das ações do governo brasileiro para conter os avanços uruguaio foi a distribuição de Sesmarias feitas por D Diogo de Souza e Luiz Teles da Silva chefes do

governo da província do Rio Grande e das armas contra o General Artigas. As distribuições das Sesmarias ocorreram no período de 1814 a 1823 beneficiando quarenta e dois fazendeiros que já estavam ocupando as terras (SIMÕES, 1993, p.10).

Com a derrota do General Artigas, em 1820, cessaram as disputas entre espanhóis e portugueses no território quaraíense que se estenderam durante o século XVIII culminando com a delimitação da fronteira (RIBEIRO, 2009, p.174). De acordo com o autor citado, o local onde hoje está situada a cidade, corresponde a Sesmaria doada a Joaquim de Melo em 1814, e foi vendida em 1817 para o paulista João Batista de Castilhos, que criou o “Passo do Batista”.

Em dezembro de 1859 o então “Passo do Batista” passou a condição de freguesia e em 1875 passou a condição de vila possuindo uma câmara de vereadores com sete membros, sendo que o mais votado assumia o cargo executivo. Em março de 1890 a vila de São João Batista passou a condição de cidade. (SIMÕES, 1993)

O município está localizado na Costa do Haedo e com características predominantes dos campos limpos e subarbustivos, a vegetação campestre com vasta diversidade de gramíneas e leguminosas, com matas ciliares, relevo de coxilhas (SIMÕES, 1993). O relevo apresenta-se com elevações que atingem até 200 m com formas arredondadas e cobertas de pastagem nativa e são denominadas de coxilhas (SIMÕES, 1993, p.29).

O município está dividido em um distrito e dois sub-distritos sendo o primeiro denominado Zona de Quaraí, onde a cidade de Quaraí está situada. O primeiro sub-distrito denominado Minuano está situado ao norte, e o segundo sub-distrito denominado São Rafael localiza-se ao sudeste (LEMES, 2006, p.54).

No primeiro distrito encontram-se as partes mais baixas do município, próximo ao Rio Quaraí, as altitudes chegam até 100 metros, com exceção do cerro do Jarau, que compõe uma serrania com onze cerros, onde o mais alto possui 308 m de altitude, e estão em uma área de 10 km de extensão. Ao sudeste desse mesmo distrito, predominam as Coxilhas Santa Elena com 19km de extensão, com a presença de alguns cerros: Cerro Sal Sal 244m, Cerro Trinta 233m, Cerro dos Marcelinos 230, e o Cerro do Chapéu 225m (LEMES, 2006, p 54).

A principal referencia geográfica do 1º distrito é o cerro do Jarau, com morros que constituem elevações significativas do terreno; e estas feições geomorfológicas apresentam encostas relativamente íngremes e pedregosas, com topos agudos, igualmente pedregosos. Estas unidades geomorfológicas formam um semi-círculo que

se alteia na paisagem, nas encostas e topos observam-se blocos e detritos rochosos de tamanhos variados associados a solo raso, predominantemente areno-pedregoso (ALVES, 2012, p.54).

No segundo sub-distrito, predominam elevações suaves e arredondadas, onde se destaca como divisor de águas das bacias do Arroio Garupa e Arroio Inhanduí, a coxilha do Japeju, com 24 km de extensão (LEMES, 2006, p.52).

No terceiro sub-distrito encontram-se as maiores altitudes do município, ao norte encontra-se o Cerro do Cardal 272m, o Cerro Grande 280m, e o Cerro da Tuna 260m, a porção sudeste encontra-se a coxilha de São Manuel com 19km de extensão e ao sul a coxilha de São Rafael com 21km de extensão. As planícies aluviais localizam-se ao longo dos rios Quaraí, e Ibirapuitã, e dos Arroios Garupa, Quaraí-Mirim, Areal, Pai-Passo, onde as altitudes não ultrapassam a 100 m de altitude (LEMES, 2006, p.52).

O Clima é caracterizado como mesotérmico brando super úmido com invernos frios com ocorrências de geadas e verões quentes com ocorrências de secas. As precipitações oscilam entre 1250 a 1500 mm (SUERTEGARAY, 1992).

A bacia do Rio Quaraí ocupa 63 % da área hidrográfica do município posiciona-se a oeste e seus principais afluentes são o arroio Garupa que faz a divisa com o município de Uruguaiana, também e as sangas Itanhamtim e Lajeado. Também recebe águas dos arroios Quaraí-Mirim, arroio Areal e Caty, que faz a divisa com Santana do Livramento (BARCELLOS, 2006, p.68). A hidrografia do segundo sub-distrito localiza-se ao centro do município com os arroios Ianduí, japeju, Ibirocaí e sangas do lajeado, Tuna, Araçá, Cambai, e Nhanduvaí.

Há dois tipos de atividades econômicas, sendo agropecuária nas áreas de campo fino e cultivo de arroz nas áreas mais planas. De modo geral a paisagem é plana com algumas elevações e com redução da disponibilidade de água no verão e frio intenso no inverno. (RIBEIRO *et. al* 2006, p. 98-112).

1.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

De acordo com o censo do IBGE (2010), o número de habitantes no município de Quaraí é 23.021, sendo 21.310 habitantes residentes no perímetro urbano, representando 92,6%. A população residente rural é de 1.711 habitantes, representando 7,4% do total de habitantes do município de Quaraí.

| ANO | SAÚDE | EDUCAÇÃO | RENDA | SANEAMENTO E DOMICILIO | IDESE |
|------|-------|----------|-------|---------------------------|-------|
| 2005 | 0,835 | 0,843 | 0,641 | 0,668 | 0,747 |
| 2006 | 0,819 | 0,835 | 0,649 | 0,668 | 0,743 |
| 2007 | 0,852 | 0,832 | 0,652 | 0,668 | 0,751 |
| 2008 | 0,861 | 0,831 | 0,634 | 0,665 | 0,748 |
| 2009 | 0,877 | 0,829 | 0,629 | 0,664 | 0,750 |

QUADRO 1 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do município de Quaraí

Fonte: FEE 2005 a 2009.

No município de Quaraí o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre os anos de 2005 a 2009, se mantém entre 0,74 a 0,75%, demonstrando uma leve oscilação.

| Área (ha) | Número de propriedades | % |
|-----------|------------------------|-----|
| 0-10 | 175 | 20 |
| 11-100 | 347 | 39 |
| 101-200 | 101 | 12 |
| 2001-500 | 97 | 11 |
| 501-2000 | 129 | 15 |
| > 2000 | 30 | 03 |
| Total | 879 | 100 |

Quadro 2 - Estratificação fundiária

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996

A pecuária é uma das principais atividades econômicas do município, liderada pela bovinocultura, com aproximadamente 248.042 cabeças e a ovinocultura com 190.144 cabeças (IBGE 2010).

Quaraí também possui outras atividades como arroz irrigado, vitivinicultura, bacia leiteira e agricultura familiar. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2008 era de 9.587, 89, dividido em: agropecuária 36%, indústria 7%, comércio e serviços 57%. (IBGE, 2008).

A estrutura fundiária do município de Quaraí segundo senso agropecuário 1995/1996, pode ser observada no quadro 2.

1.2 A PECUÁRIA

A atividade pecuária teve início na captura de gado a partir dos anos 1840, período em que os Jesuítas introduziram a criação de gado na região das missões, e como não havia cercas, muitos animais que escapavam foram se espalhando e procriando, chegando até a região de Quaraí (SIMÕES, 1993).

Em 1894 ocorreu a implantação das charqueadas no município de Quaraí, pelos ingleses que chegaram e construíram os saladeiros “Novo Quaraí” e “São Carlos” empregando cerca de 700 pessoas. A mão de obra era assalariada, formada por peões, e a força de trabalho braçal, com ferramentas manuais, cavalos, etc. A produção era comercializada para o norte e o nordeste do país, e também para a exportação para Inglaterra, Itália e Cuba. (SIMÕES, 1985). Após o fechamento das charqueadas a pecuária prosseguiu em um novo ciclo.

No período de 1940 até 1970 a comercialização de animais a ocorria entre estancieiros em lotes de 400 a 500 animais jovens e de invernar que eram transportados através das tropeadas que demandava a contratação de trabalhadores. Nessa época a idade do gado para o abate era a partir dos seis anos devido ao sistema de criação tradicional. Como parte final do processo da produção pecuária em Quaraí os animais destinados ao abate eram transportados através das tropeadas terrestres que duravam em torno de 15 dias para serem abatidos em Santana do Livramento (TRABALHADOR G, 2013).

As condições de moradia para os patrões eram confortáveis, mas para os peões e demais trabalhadores eram “rudes”, os peões dormiam no piso de chão batido dos galpões, as camas eram de pelegos, a iluminação era de candeeiro. O café da manhã era café engrossado com farinha de mandioca, o almoço era carne assada, feijão e arroz, o jantar era carreteiro de charque (TRABALHADOR G, 2013).

O cavalo era o meio de transporte mais utilizado para os serviços campeiros, pois a jornada de trabalho começava muito cedo, às vezes saíam às 3 horas da manhã, devida a distância que deveriam percorrer que chegavam a sete léguas, para realizarem o trabalho de manejo do gado (TRABALHADOR G, 2013).

No contexto recente com a influência da Revolução Verde, os grandes produtores rurais foram os primeiros beneficiados ao acesso aos recursos e por possuírem boa situação financeira, por serem proprietários, também arrendam outros campos para expandir seus negócios. Atualmente, nas maiores propriedades com área

acima de 1.000 ha. o sistema de criação mais utilizado é a pecuária extensiva de ciclo completo, A mão de obra atual possui as mesmas características e as mesmas funções como capataz que é o encarregado de coordenar as atividades produtivas na propriedade sota-capataz assume a função na ausência do capataz e normalmente atua na coordenação dos peões durante o trabalho, peão é o trabalhador que recebe orientações para executar as tarefas, caseiro tem a função de realizar a manutenção das instalações e auxiliar a cozinheira quando necessário e a cozinheira possui a função de elaborar as refeições (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2013).

Nas médias propriedades com área entre 500 e 1.000 ha na sua maioria utiliza um sistema de produção de terneiros. Para venda em feiras anuais, ou diretas para os invernadores, a mão de obra utilizada é de empregados rurais e alguns casos do próprio pecuarista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2013).

Nas pequenas propriedades com área até 500 ha. a pecuária é de pequena escala ainda no sistema tradicional, as atividades são realizadas pelos proprietários, que também “vendem” mão de obra para as empresas rurais modernizadas, e tem seu gado como forma de poupança viva (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2013).

Segundo Miguel *et al.*, (2007), existem produtores exclusivamente pecuaristas que utilizam o ciclo completo, ou seja, cria, cria e terminação, ou apenas a optam por uma destas fases. O sistema de produção utilizado, normalmente é norteado por uma decisão cultural, do que por análise econômica da atividade.

O contexto da pecuária é relevante para o tema em estudo porque está diretamente relacionado com o emprego rural e condições de trabalho geralmente insalubres, com baixa remuneração, problemas de moradia e de alimentação. A pecuária cumpre um papel importante desde a ocupação do espaço agrário não apenas em nível local, mas sendo fundamental também para a formação da sociedade gaúcha, influenciando os aspectos econômico, social e cultural (Miguel *et al.*, 2007).

No próximo capítulo serão abordadas as bases conceituais relacionadas às condições de trabalho na pecuária e outras bibliografias relacionadas com o referido tema e também avançando em temas da satisfação dos trabalhadores no emprego.

2 CONDIÇÕES DE TRABALHO RURAL E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1 TRAJETÓRIA DO TRABALHO RURAL

Segundo Barros (2005), no Brasil, a expansão do café a partir de 1850, representa uma nova dinâmica que desafia as oligarquias agrárias escravistas, com a criação de novos padrões no trabalho assalariado. A consolidação do capitalismo no início do século XIX exigiu mudanças nas relações de trabalho (BARROS, 2005). O autor indica que a partir da metade do século XIX, o preconceito e o desprestígio para com o trabalhador rural brasileiro, considerados pouco capazes, motivou a vinda de imigrantes europeus e asiáticos. O argumento em favor da importação de mão de obra era reforçado pela ideia de que a qualificação dos nacionais e dos afrodescendentes seria difícil:

“a qualificação. dos nacionais e dos de origem afro seria difícil, custosa e demorada, pois possuíam modos ou hábitos de vida considerados pouco metódicos e comportamentos incertos em relação ao conceito dominante do trabalho. Esta ausência de disciplina metódica e de regularidade no trabalho são argumentos constantes até hoje” (GEHLEN, 2004 *Apud* BARROS 2005, p.13).

Segundo Barros (2005), em 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra ocorreram fatos que contribuíram para a redução da mão de obra na produção por meio da mecanização com medidas voltadas à modernização do campo em bases industriais capitalistas. Para o autor os impactos sobre as condições de vida dos trabalhadores que eram precárias agravaram-se ainda mais, na medida em que os moradores foram substituídos por trabalhadores temporários, na mesma proporção.

Em 2000, após debates acalorados, a legislação foi alterada com objetivo de reduzir tensões no campo, diante dos riscos de ações trabalhistas de empregados e ex-empregados. No Brasil as capacitações e a educação necessitaram ultrapassar mais uma geração numa longa caminhada até os novos proprietários terem condições de assumir toda a gestão da produção e dos seus empregados (BARROS, 2005).

2.2 TRABALHADOR RURAL E SUA IMPORTANCIA SOCIAL

A Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, define no seu artigo 2º: “Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”. Também “é considerada empregada, permanente ou temporária, a pessoa que trabalha para um empregador, o qual pode ser pessoa física ou jurídica, de forma subordinada, cumprindo jornada de trabalho, mediante remuneração em dinheiro ou mercadoria, como contrapartida” (ZANCHET, 2001, p. 4).

Quanto à reposição de mão de obra rural pode-se dizer que acontece com a manutenção das populações rurais residindo no campo onde o aprendizado é do próprio meio, passando de uma geração para outra. Segundo Fortes (1975 *apud* Spanevello, 2008), o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração em geração tendo a família como mecanismo principal é o que pode ser definido como reprodução social.

Segundo Raynaut (1994 *apud* Plein, 2003), a reprodução social é compreendida como um processo de reprodução mais amplo onde as relações sociais desenvolvem dinâmicas socioculturais que visam preservar no tempo as famílias, comunidades, grupos e a sociedade como entidades sociais, sofrendo adaptações e transformações diante de crises e conflitos no decorrer de sua história.

Ao abordar o problema da mão-de-obra é importante recorrer aos estudos de Graziano da Silva (1998). Segundo ele, a modernização é responsável pelas mudanças ocorridas nos espaços rurais. Para esse autor a modernização da agricultura brasileira foi desigual, pois por um lado resolveu os problemas agrícolas, mas por outro lado agravou as questões sociais, sendo que nas décadas de 1960 e 1980, aproximadamente 30 milhões de pessoas abandonaram o campo em busca de emprego nas cidades.

No Rio Grande do Sul, aproximadamente 2 milhões de habitantes abandonaram o campo resultando uma redução de 45,5% da população rural devido à utilização de técnicas produtivas poupadoras de mão de obra (PATARRA, 2003).

Para Tejo (1982), o exclusivismo pastoril na região da fronteira do Rio Grande do Sul pode ser o fator determinante para o baixo emprego da mão de obra em grandes extensões de terra, ocasionando uma circulação de riquezas insuficiente para atender às necessidades comuns. Para esse autor, a região da fronteira apresenta uma zona de população rarefeita e qualquer outra atividade que se estabelecesse na região não

encontraria mão de obra necessária.

No município de Quaraí a pecuária e a ovinocultura são atividades que utilizam a mesma mão de obra, devido que na maioria das propriedades existem criações de gado e ovelhas. Em seu trabalho de conclusão de curso sobre a ovinocultura VIEIRA (2011), identifica que,

[...] o município enfrenta atualmente uma grande carência em mão-de-obra qualificada, pois muitos trabalhadores especializados deixaram de trabalhar, ou já se aposentaram, e não houve substituição dos mesmos no mercado [...] (VIEIRA 2011, p.13).

Pode-se entender que a ideia de carência de mão de obra apresentada por Vieira refere-se aos trabalhadores existentes que não estão qualificados de acordo com as exigências da classe empregadora. Também se acredita que parte dos trabalhadores esteja migrando para outras atividades, motivados pelo excesso de trabalho sem receber horas extras, associado aos baixos salários, resultando em uma falta de interesse em trabalhar como empregado rural.

2.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PECUÁRIA

No que se refere às condições de trabalho na pecuária, é importante levar em consideração aspectos como a moradia, alimentação, renda, jornada de trabalho e acidentes de trabalho. Um dos maiores e antigos problemas na relação empregador-empregado é o pagamento de baixos salários.

Os entrevistados F e G são trabalhadores aposentados e, de acordo com a vivência desses trabalhadores, pode-se perceber situações desumanas. Dessa forma pode-se compreender que houve mudanças significativas nas condições de trabalho na pecuária, mas que não significa que atualmente não exista exploração de mão de obra nessa atividade produtiva.

No que se refere às condições de moradia atuais e as de antigamente, desde 1940 até hoje, estas tiveram mudanças importantes no que diz respeito ao conforto.

Neste sentido, entrevistado F nos apresenta um cenário de dificuldades e de descaso com os trabalhadores:

“Os peão dormiam no galpão de piso de chão e a cama era um catre com forro de pelego e a coberta era o poncho e quando chovia tinha que se retirar pra um canto porque dentro do galpão chovia como no lado de fora e molhava tudo e não havia banheiro, tendo que fazê as necessidade campo a fora. E nessa época havia muita pulga também”, (Entrevista com TRABALHADOR F, 2013).

O entrevistado G também expressa essa realidade difícil:

“Fui criado numa estância e quando era guri meu serviço era arrasta água e lenha as vez com chuva e ganhava só a comida e roupa. Com 17 ano comecei a trabalha de peão por salário numa estância e não tinha cartera assinada, o galpão era de pedra e para passar o frio os peão dormiam em volta do fogo porque não tinha coberta grossa, naquela época não tinha bota, a gente trabalhava de pé no chão e cortava um pedaço da carona e fazia uma garronera pra colocar nos garrão A hora de levantar era 1 hora da madrugada pra sair as 4 hora pro campo e as vez levava uma carne pra comer no campo e voltava pras casa só ao escurecer porque os campo era muito grande”. (Entrevista com TRABALHADOR G, 2013).

O entrevistado G relatou que na propriedade em que ele nasceu e foi criado, existia uma situação de exploração, pois na propriedade viviam muitas famílias onde seus integrantes sendo pais, mães e filhos trabalhavam sem o recebimento de salários, apenas tinham a comida garantida e recebiam roupas apenas uma vez por ano. A partir dos anos de 1960, que também coincidiu com a morte do estancieiro a maior parte das famílias foram morar na cidade e as demais foram trabalhar em outras estâncias e dessa vez como trabalhadores assalariados pela primeira vez, pois coincidiu com a chegada dos direitos trabalhistas no campo.

Segundo Krein e Stravinski (2005), o trabalhador rural historicamente não teve proteção adequada e sujeitou-se às condições miseráveis e condições de trabalho precárias, pois as leis brasileiras posicionavam-se de forma prescritivas e omissivas. Para Caio Prado (1987), devido à exploração dos trabalhadores e seu desamparo legal nas relações de compra e venda de mão de obra, fez-se necessário a criação de mediadores legais para defender os interesses dos trabalhadores.

De acordo com Brumer (2002), na década de 1960 ocorreram às primeiras iniciativas para a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais. A primeira iniciativa foi o Estatuto do Trabalhador Rural, de 2 de março de 1963, que criou os sindicatos

rurais, instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais e também foi criado o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FAPTR), que em 1969 passou a ser o FUNRURAL. Segundo essa autora, em 1971, foi criado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), ligado ao FUNRURAL, que previa benefícios de aposentadoria e o aumento dos serviços de saúde:

“O PRORURAL previa a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores rurais com idade acima de 70 anos, o era de valor de ½ salário mínimo; a pensão equivalente a 70% da aposentadoria, auxílio funeral, para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência medicocirúrgico- hospitalar e tratamento odontológico; serviço social em geral” (BRUMER , 2002, p. 7),

Segundo Brumer (2002), com as modificações introduzidas na constituição de 1988 foi que as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter direito à aposentadoria por idade, a partir dos 55 anos, independentemente de o cônjuge já ser beneficiário ou não, ou receberem pensão por falecimento do mesmo. Os homens também tiveram uma extensão de benefícios, com a redução da idade, para concessão de aposentadoria por velhice, de 65 anos para 60 anos, e passaram a ter direito à pensão em caso de morte da esposa segurada.

A legislação de 1988 dá continuidade ao processo que se iniciou em 1971, com o PRORURAL, visando à adoção da noção de cidadania em termos amplos, atribuindo direitos, independentemente de contribuição. Neste sentido, pode-se falar em seguridade social e não apenas em previdência social (BRUMER, 2002, p.9).

Também Delgado e Schwarzer (2000, p. 197-8) indicam que “outra modificação de impacto sobre a população rural, implementada a partir de janeiro de 1996, foi à criação do amparo assistencial, no valor de um salário mínimo, a idosos com 67 anos ou mais e pessoas portadoras de deficiência física, sem necessidade de contribuição prévia”.

No Brasil, os registros oficiais sobre acidentes de trabalho são absolutamente distantes da realidade, correspondendo a cerca de 10-20% dos acidentes ocorridos. Ao mesmo tempo, o setor agrícola é conhecido pela frequência e gravidade dos acidentes de trabalho (FARIA, 2003, p.36). Segundo a autora o município gaúcho de Tenente Portela, por exemplo, foi realizado um estudo envolvendo 530 trabalhadores rurais, e um dos resultados foi que 16% dos entrevistados tiveram acidentes de trabalho no ano

anterior, e isso sem levar em conta as intoxicações com agrotóxicos.

As condições de trabalho aqui abordadas pelos autores dão conta de que o ambiente de trabalho em que os empregados rurais estão inseridos é considerado insalubre e chega a ocorrer desrespeito ao ser humano por meio da exploração.

2.4 DESENVOLVIMENTO RURAL

De acordo com Conterato e Fillipi (2009), desde 1950 o desenvolvimento rural no Brasil sempre esteve relacionado com políticas de modernização, que consideravam e dividiam os agricultores em “modernos” e “atrasados”. Ainda, para esses autores, nos anos 1980 ocorre à crise do estado desenvolvimentista e a preocupação com a implantação de políticas de combate à pobreza rural. Nos anos 1990, as políticas de combate à pobreza foram via micro crédito e, na virada dos séculos XX para XXI, o desenvolvimento rural passou a ser discutido com novas temáticas, por exemplo, ambientais, questões de gênero, atividades agrícolas e não agrícolas, o empreendedorismo, a inovação, entre outras. Para os autores, essa nova forma de perceber o desenvolvimento rural permitiu a criação de um novo paradigma que não fosse embasado apenas na produção agropecuária, como era compreendido anteriormente.

Segundo Barros (2005), o desenvolvimento rural deveria apresentar ações de melhorias de vida, trabalho e a valorização das famílias no meio em que vivem. Para o autor, o chamado desenvolvimento ocorreu na área da química e da engenharia mecânica, associados com avanços na genética e também na agronomia que juntos causaram impactos sociais, ambientais e econômicos. Ainda, esse autor indica que os impactos nas condições de vida dos trabalhadores foi a redução da utilização da mão de obra na agricultura, prejudicando as famílias mais pobres e o trabalho rural, os transformados em mercadoria.

Segundo Rangel (2004), a existência de mão de obra, seja em maior ou menor volume nas atividades rurais podem resultar em maior ou menor safra. Para o autor, tanto a superabundância ou a escassez de produtos agrícolas ou de mão de obra podem tornar crônico ou agravar ainda mais uma problemática rural.

As bibliografias sobre o tema contribuem para a compreensão da trajetória do trabalho rural que se confunde com as lutas pela melhoria das condições de vida dentro

do capitalismo, ou seja, na prática o poder do capital influenciando e limitando as condições de vida dos trabalhadores (BARROS, 2005).

Como se pode perceber, o processo de modernização no campo expulsou grande parte da população do meio rural provocando fenômenos de impactos negativos, prejudicando a reposição social (FORTES, 1975 *apud* SPANEVELLO, 2008).

Os direitos trabalhistas a partir de 1963 foram criados, para servir de amparo legal, mas também serviram como motivo para a redução de postos de trabalho por alterar os custos de produção, que contribuem para expulsão de trabalhadores do campo com impacto para as famílias mais pobres e ainda sendo considerados como consequência natural do desenvolvimento (BARROS, 2005).

Para melhor compreender a relevância das condições de trabalho para os trabalhadores se verá no capítulo a seguir as realidades expressadas pelos entrevistados.

3 OS TRABALHADORES RURAIS E A SATISFAÇÃO E/OU INSATISFAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ

3.1 ASPECTO SOCIAL

A partir das entrevistas realizadas percebe-se que a principal forma de aprendizado do profissional da pecuária é a passagem geracional de conhecimentos, ou seja, de pai para filho em ambiente rural. Porém essa realidade está sendo modificada, os trabalhadores entrevistados tiveram seu período de aprendizado no meio rural, mas os seus filhos estão residindo em ambiente urbano.

O aspecto familiar dos trabalhadores entrevistados demonstra uma situação provável inviabilidade de reposição social, uma vez que os filhos dos entrevistados estão em grande parte buscando inserção no meio urbano, como se observa no quadro 3:

| Trabalhador | Origem | Nº. de irmãos | Nº. filhos | Filhos como trabalhador rural | Filhos com destino urbano |
|--------------|--------|---------------|------------|-------------------------------|---------------------------|
| A | Rural | 16 | 3 | Não | 3 |
| B | Rural | 9 | 2 | 1 | 1 |
| C | Rural | 8 | 1 | Não | 1 |
| D | Rural | 6 | 1 | Não | 1 |
| E | Rural | 5 | 1 | Não | 1 |
| F | Rural | 4 | 4 | 2 | 2 |
| G | Rural | 9 | 6 | 1 | 5 |
| Total | | 57 | 18 | 4 | 14 |

Quadro 3: Situação social dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor (dados de pesquisa, 2013).

O número de filhos dos entrevistados são 18, que representa uma redução significativa se comparado à média 8,14 de irmãos com a média 2,57 de filhos dos entrevistados. Outro aspecto importante é o número de filhos dos entrevistados que se tornaram trabalhadores rurais, com média de 0,57 por família, que representa uma baixa reposição de mão de obra. Quanto aos filhos dos entrevistados que passaram a viver na cidade a média é de 2 filhos por família. O quadro acima leva a interpretação de uma situação relacionada com a escassez de mão de obra na pecuária.

Com relação ao aspecto sobre o destino urbano dos filhos dos entrevistados percebemos uma tendência que vem de longa data e que trata sobre a migração da população rural para a cidade e se refletiu nas entrevistas.

Mesmo que os centros urbanos já tenham reduzido absorção de mão-de-obra, ainda são atrativos às pessoas que procuram melhores condições de vida, principalmente para as pessoas que residem em áreas rurais (IICA, 2009).

Uma situação que chama a atenção é a idade de entrada no mercado de trabalho. O quadro abaixo, evidência a baixa idade de entrada no trabalho entre os entrevistados:

| Trabalhador | A | B | C | D | E | F | G |
|--------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Idade de entrada | 16 | 12 | 12 | 12 | 12 | 14 | 17 |
| Idade c/ carteira | 16 | 14 | 14 | 17 | 16 | 22 | 35 |
| Idade atual | 63 | 48 | 44 | 58 | 41 | 72 | 87 |

Quadro 4: Idades de ingresso trabalho, carteira assinada, e idade atual dos trabalhadores

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro acima demonstra que os trabalhadores começaram a trabalhar profissionalmente na adolescência, embora todos os entrevistados relatam que desde criança já praticavam algum tipo de trabalho. Quanto à idade dos trabalhadores entrevistados podemos perceber que todos estão com idade acima dos quarenta anos, com média entre os entrevistados em atividade na pecuária de 50 anos.

Outro aspecto que chama a atenção é a escolaridade dos trabalhadores como consequência do abandono dos estudos ainda na infância e adolescência. Dois entrevistados estão na condição de analfabetos (Quadro 5).

| TRABALHADOR | ESCOLARIDADE |
|--------------------|---------------------------|
| A | Analfabeto |
| B | 3º ano ensino fundamental |
| C | 3º ano ensino fundamental |
| D | 2º ano ensino fundamental |
| E | 4º ano ensino fundamental |
| F | 5º ano ensino fundamental |
| G | Analfabeto |

Quadro 5: Índice de escolaridade dos trabalhadores entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor

O entrevistado A expressou que não teve oportunidade de estudar porque desde a infância trabalhava para ajudar os pais e irmãos, aprendeu apenas a assinar seu nome e tudo que sabe aprendeu foi na lida e atualmente trabalha como capataz.

O entrevistado B quando perguntado se já tinha pensado em deixar de ser trabalhador rural, imediatamente referiu que sua única profissão era essa e que não pensava em mudanças porque está com idade avançada e porque não tinha estudos para tentar mudar de profissão, estando satisfeito com seu modo de vida.

O entrevistado C tem intenção de mudar de profissão, mas vê sua escolaridade como uma limitação. De forma geral aceita sua situação profissional por estar empregado garantindo o sustento da família.

O entrevistado D quando perguntado se pensava em deixar a profissão disse que reconhece que estudou pouco e que deverá continuar no meio rural, pois seria difícil aprender outra profissão. Mas ele incentiva seu filho a estudar e buscar oportunidades na cidade.

O entrevistado E reconhece sua baixa escolaridade e incentiva a sua filha a estudar para ter uma profissão futuramente.

Segundo Filmer e Pritchett (1998 *apud* Ney 2010), pais com baixa escolaridade desconhecem a importância da educação como meio de ascensão social e não matriculam seus filhos, independente da qualidade do ensino ofertado. Segundo os autores, “além disso, existem casos de crianças em idade escolar obrigatória que não estudam ou sofrem de atraso escolar por causa da necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família.” (FILMER e PRITCHETT, 1998 *Apud* NEY, 2010, p.14).

Como podemos perceber a baixa escolaridade coloca os trabalhadores numa situação vulnerável, e os trabalhadores rurais historicamente sujeitaram-se às condições de trabalho e atualmente apesar dos avanços percebidos nas entrevistas, percebe-se que ainda persistem situações de exploração do trabalhador na pecuária principalmente em relação à jornada diária de trabalho.

3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES

De acordo com as entrevistas se percebe que existem situações em que as condições de trabalho estão melhorando no aspecto moradia mesmo que na jornada de trabalho em algumas situações ainda persista a exploração.

3.2.1 Moradia e alimentação

Todos os cinco entrevistados que estão em atividade, consideram as residências e alojamentos confortáveis e ressaltaram itens positivos como luz elétrica, instalações, televisão, antena parabólica, geladeira, roupa de cama.

De acordo com os entrevistados F e G, as condições de moradia quando estiveram na ativa eram precárias, pois muitas vezes dormiam em galpões coletivos e em dias de chuva ou se retiravam para um canto do galpão ou dormiam molhados, não havia energia elétrica, não existia banheiro e sem até mesmo terem uma cama para descansarem tendo que dormir no chão. No entanto as entrevistas demonstram melhoras significativas nessas condições se for comparada a situação de dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores aposentados em relação às atuais condições de moradias demonstradas pelos trabalhadores em atividade.

No que se refere à alimentação, os entrevistados demonstram satisfação quanto ao abastecimento de gêneros em quantidade e qualidade, porém o entrevistado E fez observação de que no seu local de trabalho às vezes faltam gêneros no final do mês.

No que se refere à elaboração da comida para os trabalhadores, na propriedade onde trabalha o entrevistado A o caseiro é quem prepara as refeições. Na propriedade onde trabalha o entrevistado C e na propriedade onde trabalha o entrevistado E, ambas possuem cozinheiras para elaborar as refeições. Já na propriedade onde trabalha o entrevistado B e na propriedade onde trabalha o entrevistado D, os trabalhadores elaboram as refeições. Mesmo com a satisfação demonstrada pelos entrevistados no que se refere à alimentação se percebe uma mudança significativa, pois na época em que os trabalhadores aposentados trabalharam existia cozinheira, porém atualmente está se formando uma nova realidade em que os trabalhadores que realizam as atividades de campo acumulam as tarefas domésticas, como declaram os entrevistados B e D, e também o entrevistado A que além da função de caseiro acumula a função de cozinheiro.

3.2.2 Jornada de trabalho e renda

A jornada de trabalho diária é um dos pontos mais sensíveis e tem sido a maior causa de demissões ou abandono de emprego, pois o trabalho na pecuária em si é exaustivo e em muitas propriedades a carga de trabalho excede às 8 horas previstas na

legislação do trabalho. É esta a jornada de trabalho apresentada pelos trabalhadores A, B, C e D, cumprem, em média, até 08 horas diárias. Estes trabalhadores possuem autonomia para decidirem sobre o início e o término dos turnos de trabalho e normalmente não realizam horas extras.

O trabalhador A recentemente trocou de função na propriedade passando de peão para capataz e é ele quem define o tempo de trabalho e coordena uma equipe de cinco funcionários. Já o trabalhador B é o encarregado numa propriedade pequena e trabalha sozinho. O trabalhador C tem autonomia para coordenar o tempo de trabalho e dificilmente excede a jornada diária prevista na legislação. O trabalhador D também ocupa a função de capataz, mas trabalha em uma propriedade de médio porte e com apenas um funcionário e coordena as atividades na propriedade observando a jornada de trabalho prevista na legislação em acordo com orientações recebidas dos patrões. A realidade do trabalhador E apresenta uma diferença preocupante, pois apresenta sobrecarga de trabalho:

“Eu trabalho nove horas e meia por dia e às vezes de sol a sol, no verão trabalho até as sete e meia e não recebo hora extra e ainda fico de cozinheiro uma vez por mês” (Entrevista com TRABALHADOR E, 2013).

O trabalhador E deveria receber horas extras por seu trabalho prestado além das horas regulamentadas pela legislação, pois de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), os empregados poderão prestar trabalho até o limite de 04 horas extras por dia, sendo as duas primeiras horas remuneradas com 50% de acréscimo e as excedentes terão acréscimo de 75% (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2013).

O salário dos trabalhadores rurais é estabelecido em convenção entre o Sindicato Rural Patronal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que no corrente ano ocorreu em fevereiro e março onde foi definidos os valores a serem recebidos para 2013. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais 2013).

O piso salarial da categoria será de R\$ 825,70 (Oitocentos e vinte e cinco Reais e setenta centavos), não podendo ser inferior a esse valor durante o prazo convencionado (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2013).

De acordo com a legislação, o trabalhador E realiza mensalmente 28 horas extra em média, e sem receber os valores que lhe são de direito. No período do verão quando os dias são maiores esse trabalhador tem uma jornada de “de sol a sol”. Outra

situação que ocorre é que quando a cozinheira vai para a cidade tirar seu período de folga o trabalhador E acumula mais uma função e não recebe para isso.

Quanto à renda, os trabalhadores entrevistados expressaram tanto satisfação como insatisfação. Na propriedade onde o entrevistado A trabalha os empregados recebem salários acima do piso estabelecido pela convenção entre Sindicato Rural Patronal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O valor do salário para a função de capataz no município de Quaraí é R\$1073,39. O entrevistado A recebe dois salários, nesta propriedade pode-se dizer que é uma exceção na região. Porém o trabalhador pretende trabalhar mais um tempo e de depois deixar o trabalho por já ter idade avançada e por estar se aposentando.

O trabalhador B está conforme com sua remuneração e não há necessidade de fazer horas extras. Este trabalhador não pensa em deixar o emprego e relata o seguinte:

“Não penso em largar meu emprego porque o patrão é bom cumpre com a obrigação trabalhista, não atrasa o salário e tenho como um amigo e o patrão também me considera um amigo e quando eu preciso de um adiantamento ele me dá e não desconta do salário no fim do mês”(entrevista com TRABALHADOR B, 2013).

Sabemos que salário dos empregados rurais é baixo, mas como muitas vezes os trabalhadores rurais estão colocados numa situação de submissão e estão adaptados, aceitam os valores estipulados pelos sindicatos. Neste caso temos um fator interessante que é a relação de amizade entre patrão e empregado que já duram oito anos, o que provavelmente é o que o mantém no emprego, o que não significa que o trabalhador esteja ganhando bem, pois de acordo com o relato acima às vezes o trabalhador necessita de adiantamento salarial.

O trabalhador C aceita sua renda porque é o valor estabelecido pelo sindicato e porque ocupa função de capataz que tem uma remuneração um pouco acima em relação aos peões, porém declara que é sempre bom ganhar mais e demonstra insatisfação com a profissão, pois pensa em deixar o emprego para ir embora de Quaraí e buscar oportunidades em outra atividade mesmo que para ele seja desconhecida.

O trabalhador D demonstrou insatisfação com a sua renda e entende que deveria ganhar mais devido as responsabilidades que possui na propriedade. Quando perguntado se já pensou em deixar o atual emprego a resposta foi: “por enquanto não, mas se surgir uma oportunidade melhor eu troco de local de trabalho” (entrevista com

TRABALHADOR D, 2013).

O trabalhador E demonstrou insatisfação com a sua remuneração, e disse o seguinte:

“Ganho muito pouco pra quantidade de serviços que tenho fazer e pelo tamanho da estância e pelo numero de animais que eu e o capataz temos que cuidar, são mais de mil. Já pensei em deixar o emprego pela quantidade de trabalho pra pouca gente, mas o patrão acha que dois funcionários dão conta do serviço”(entrevista com TRABALHADOR E, 2013).

No caso do trabalhador E temos um caso de insatisfação com a renda em relação ao acúmulo de excesso de atividades e, segundo o trabalhador seria necessário no mínimo mais um trabalhador para dar conta de cuidar dos animais que são mais de mil.

3.2.3 Acidentes de trabalho

Segundo Marquez (1990 *apud* Faria 2005), os acidentes de trabalho em atividades rurais ocorrem em diversas tarefas que expõem os trabalhadores às condições insalubres como frio, calor, sol, poeira, esforço físico, etc. Os tipos de riscos variam de acordo com as particularidades de cada tarefa. No caso da pecuária geralmente os fatores são ligados ao intenso trabalho com animais, sejam cavalos ou bovinos, e pode haver falta de conhecimento para a atividade, falta de atenção, estresse, bebidas alcoólicas, etc.

Segundo Faria (2005), as atividades rurais são reconhecidas como as mais perigosas, onde as tarefas são realizadas com altos riscos de acidentes de trabalho, com quedas, acidentes que tornam os trabalhadores incapazes e até acidentes fatais. O entrevistado A, por exemplo, teve apenas um único acidente em toda sua trajetória profissional e, segundo ele, foi um coice de uma égua que lhe perfurou o abdômen, há oito anos.

Já o trabalhador B sofreu diversos acidentes de trabalho e relatou assim:

“Atualmente to encostado porque me acidentei lidando com o gado, e tive trincamento do osso da bacia, e mais uns machucado na perna direita, mas foi uma causalidade eu fui atropelado por uma vaca braba dentro da manguera e eu tava de a pé, eu fui trazido para o hospital na hora pelo patrão. Durante minha vida de campo já me acidentei umas quantas vez já quebrei perna, quebrei pé, trinquei duas costelas e outros mais, eu já trabalhei de domador com cartera assinada de peão”. (entrevista com TRABALHADOR B, 2013).

O exemplo do entrevistado B nos leva a uma reflexão sobre a insalubridade na atividade pecuária, pois a qualquer momento o trabalhador pode sofrer acidentes que podem ser leves ou até mesmo levando ao óbito.

O trabalhador D também relatou que sofreu vários acidentes e atualmente enfrenta problemas de saúde:

“Já levei três rodadas de cavalo, já quebrei a perna esquerda, quebrei a clavícula, quebrei um braço e tudo isso na lida de campo. Eu to com problema nos dois joeio e faz poco tempo que fui operado no joeio direito na cidade de Rio Grande e o joeio esquerdo também tem que operar. O médico daqui de Quaraí disse que o que causou meu problema nos joeio foi começar a trabalhar a cavalo muito cedo desde guri”(entrevista com TRABALHADOR D, 2013).

O trabalhador D apresenta uma situação de saúde preocupante, ficou com sequelas nos dois joelhos e enfrenta dificuldades para se locomover, no joelho direito foi realizada cirurgia, mas ficou com algumas limitações. O joelho esquerdo também necessita de cirurgia. Porém o trabalhador tem receios, pois teme que não possa mais andar a cavalo que é para ele meio de lazer também. Este trabalhador comentou também que o médico que o atendeu em Quaraí diagnosticou como desgaste na cartilagem das articulações dos joelhos provavelmente por conta do entrevistado ter começado a trabalhar desde quando era criança em trabalho insalubre quando seus ossos e músculos ainda estão em processo de formação ocasionando um desgaste físico e por consequência causando limitações para trabalhar.

O trabalhador E sofreu vários acidentes de trabalho, sendo um corte em uma das mãos consertando cercas, levou rodada de cavalo ficando apertado e este tipo de acidente é bem comum, também já ficou enredado no laço, etc.

Existem acidentes de trabalho que deixam sequelas e são considerados graves, mas para muitos os trabalhadores são considerados normais e geralmente não buscam

atendimento médico e, por isso dificulta os estudos sobre o assunto. Segundo Faria (2005), no Brasil, existe uma enorme escassez de informações sobre acidentes de trabalho na área rural. O grande problema dos registros oficiais dos acidentes de trabalho e dos registros de casos atendidos em serviços de saúde é a sub-notificação, que é ainda maior para os trabalhadores rurais.

De forma geral as condições de trabalho identificadas nas entrevistas tirando algumas melhorias de moradia, as demais possuem algumas semelhantes às condições que os trabalhadores rurais foram submetidos durante a sua trajetória histórica no Brasil, pois demonstram situação de submissão em relação aos empregadores (BARROS, 2005).

A renda e a jornada de trabalho expressadas nas entrevistas também possuem semelhanças com a luta histórica dos trabalhadores rurais que mesmo sendo representados por sindicatos nas negociações entre patrão e empregados, os trabalhadores rurais geralmente ficam em desvantagem. (BARROS, 2005).

As condições de trabalho na pecuária além das desvantagens já mencionadas é também uma atividade insalubre com riscos a saúde. Considerando as entrevistas a maioria dos trabalhadores sofreram acidentes, e na pecuária normalmente trabalha-se no rigor do frio com temperaturas negativas no inverno, da chuva com riscos de descargas elétricas e do calor no verão com temperaturas que chegam a 40° ou mais (MARQUEZ, 1990 *apud* FARIA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atuais condições de trabalho analisadas na pecuária e demonstradas nas entrevistas indicam que, em relação às moradias disponibilizadas pelos empregadores, os entrevistados demonstram satisfação e destacam alojamentos, roupa de cama, chuveiro, televisão, antena parabólica, energia elétrica, instalações sanitárias, etc. Esses confortos que são proporcionados aos empregados não são meramente benéficos, pois são descontados 5 % do salário dos trabalhadores em folha de pagamento, que não é opcional.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que os trabalhadores pagam 5 % de seu salário, na realidade, para cuidarem a propriedade para o patrão, pois se os trabalhadores fossem para suas residências, ao final do expediente, os patrões deveriam contratar vigilantes. Neste caso, os patrões têm quem cuide do seu patrimônio gratuitamente e ainda descontam 5 % de moradia.

No aspecto alimentação, os trabalhadores demonstram satisfação em relação aos gêneros alimentícios, mas também são descontados 12% do salário do trabalhador, em folha de pagamento. Isso significa que o empregado paga pela sua alimentação. Uma situação que chama a atenção é que na propriedade onde trabalha o entrevistado E o empregador leva os gêneros apenas uma vez ao mês e caso falte gêneros, os trabalhadores não terão como realizar as refeições.

Quanto à jornada de trabalho se percebe situações diferenciadas entre os entrevistados. O entrevistado E demonstra insatisfação por ter carga excessiva de trabalho e realização de horas extras não remuneradas, e nesse caso identifica-se exploração de mão de obra. Os demais trabalhadores entrevistados demonstraram satisfação com a jornada de trabalho e dizem trabalhar 8 horas diárias. Esta situação é percebida nas demais entrevistas provavelmente porque os entrevistados ocupam funções de autonomia e liderança, o que significa que o trabalhador que exerce a função de peão é o mais sobrecarregado na propriedade.

Os direitos trabalhistas são vistos como vantagem pelos entrevistados, estes são observados pelos empregadores mediante fiscalização realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como o direito a aposentadoria, garantia do recebimento do piso salarial, entre outros previstos na legislação. Porém, a fiscalização sobre a jornada de trabalho, o sindicato alega não ter condições de controlar.

A renda é o ponto de maior insatisfação demonstrado pelos entrevistados, pois

a maioria deles apenas aceitam o salário que ganham. É perceptível que os trabalhadores entrevistados gostariam de ser mais bem remunerados pelo seu trabalho, mas não podem fazer quase nada, pois não possuem poder de negociação. São representados apenas pelo sindicato que faz o que pode diante dos empregadores que detém maior poder de negociação. Neste caso, os trabalhadores estão limitados por uma situação de vulnerabilidade.

Ao analisar as condições de trabalho dos entrevistados aposentados e dos entrevistados em atividade profissional se percebe que houve melhorias significativas e que a legislação trabalhista contribuiu principalmente para garantir a aposentadoria, piso salarial, assistência médica entre outros. Porém quando o assunto é o pagamento de horas extras e jornada de trabalho, embora estejam previstas e regulamentadas em lei parece que a legislação trabalhista rural não tem poder de proteger o trabalhador da exploração. De acordo com as entrevistas a legislação trabalhista já influencia as decisões dos trabalhadores principalmente quanto à permanência ou troca de local de trabalho, pois o fato de possuir a carteira assinada faz com que a maioria dos trabalhadores permaneçam na condição de empregados rurais mesmo sendo cientes de que estão sendo explorados com a carga excessiva de trabalho e não recebimento de horas extras, por exemplo.

Quanto aos acidentes de trabalho, se percebe a existência de situações com muitos acidentes, no caso do entrevistado B, que teve que se “encostar” no INSS por estar impossibilitado de trabalhar e o entrevistado D, que mesmo com problemas nos dois joelhos continua trabalhando. O trabalho na pecuária por envolver atividades com animais e por expor os trabalhadores às condições climáticas entre outras situações extremas seja frio ou calor, coloca os trabalhadores em situação de risco de acidentes diariamente, isso sem levar em conta a baixa e/ou não utilização de equipamentos de proteção individual para a utilização de produtos químicos.

Este estudo ainda possibilitou fazer reflexões sobre de que forma as insatisfações dos entrevistados em relação às condições de trabalho influenciam as suas decisões de continuar ou de abandonar o trabalho na pecuária e se essas decisões contribuem para a redução da mão de obra na pecuária. As perspectivas em relação à oferta de mão de obra na pecuária são no sentido de persistência do problema, pois os trabalhadores rurais estão reduzindo-se tanto pelo maior obstáculo que é a reposição humana ou reprodução social, devido que atualmente os filhos dos trabalhadores rurais estão vivendo na cidade e com a intenção de seguir outros caminhos profissionais no

meio urbano. A situação atual no emprego rural formal, de acordo com as entrevistas, teve melhoras significativas, porém o problema da falta de mão de obra continua se agravando, mesmo com as melhorias reais nas condições de moradia e com os direitos trabalhistas.

O emprego rural formal mesmo com as garantias trabalhistas é uma alternativa para os trabalhadores que estão empregados, pois estão adaptados ao ritmo de trabalho, e também porque para maioria deles falta pouco tempo para se aposentarem. Porém o emprego rural formal com as atuais condições de trabalho identificadas não é atrativo como perspectiva futura de inserção socioeconômica se for comparado com alternativas urbanas, fato evidenciado pelas expectativas que os entrevistados têm em relação aos seus filhos, preferindo que eles busquem empregos urbanos, e se esta situação se mantiver a tendência é a persistência e/ou agravamento do problema.

A partir deste estudo há evidências de que as condições de trabalho na pecuária estão contribuindo para o agravamento da escassez da mão de obra rural, mas se forem associadas com a baixa reposição social que é outro fenômeno identificado neste estudo, podemos dizer que a redução da população e à redução do número de filhos nas famílias dos trabalhadores rurais contribuem muito mais para o agravamento da escassez da mão de obra rural no município de Quaraí.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. da S. FITOGEOGRAFIA DA REGIÃO DO JARAU. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Engenharia Florestal, 2012. Disponível: <http://www.vsdani.com/ppgef/tesesdissertacoes/666bbfabiano_da_silva_alves_tese_de_doutorado.pdf>. Acesso em: 28/05/2013.

BUAINAIN, A. M. e DEDECCA, C. **Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira**. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL volume 9. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA) REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL 2008, <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/17618/1/SerieDRSvol9EmpregoeTrabalhonaAgriculturaBrasileira.pdf>> Acesso em: 10/06/2013.

BARROS, H. **NOSSA TERRA TEM MAIS VIDA**: agricultura e emprego no Brasil na virada do milênio. Coletânea Gelre D S.rie Estudos do Trabalho Disponível em: <http://gelreservico.com.br/wpcontent/uploads/2011/10/Estudo_Nossa_Terra.pdf> Acesso em: 28/05/2013.

BRUMER, A. PREVIDENCIA SOCIAL RURAL E GENERO. Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 50-81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>> Acesso em 30/05/2013.

CONTERATO, M. A.; FILIPI, E. E. Teorias do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de Graduação Tecnológica para o Desenvolvimento Rural, 2009.

DA SILVA J. G. A NOVA DINAMICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA 2 ed. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Economia, 1998.

DELGADO, G.; SCHWARZER, H. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. In: Guilherme Delgado e José Celso Cardoso Jr. (orgs.), A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência *Rural nos anos 90*, Brasília: IPEA, 2000, p.187-210.

IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira Organizadores da série. Carlos Miranda

Organizadores da série Carlos Miranda e Breno Tibúrcio Coordenadores da elaboração dos textos do volume 9 Antônio Márcio Buainain e Claudio Dedecca Brasília (DF), novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/17618/1/SerieDRSvol9EmpregoeTrabalhonaAgriculturaBrasileira.pdf>> Acesso em: 10/06/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431530>> Acesso Em: Abril 2013.

FARIA, N. M. X. A saúde do trabalhador rural. Tese de Doutorado do programa pós-graduação em Epidemiologia. Universidade Federal de Pelotas, 2005. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/tede/tde_arquivos/5/TDE-2006-02-14T07:36:26Z35/Publico/Tese_Neice_Muller_Xavier_Faria.pdf> Acesso em: maio de 2013.

FEE- Fundação Econômica Estatística. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/download/pib/municipal/tab13_2008.xls

GEHLEN,IVALDO. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. 2004. São Paulo Perspect., Apr./June 2004, vol.18, no.2, p.95-103. ISSN 0102-8839.

KREIN, J. D; STRAVINSKI, B. A REGULAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL volume 9. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA) REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL 2008, <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/17618/1/SerieDRSvol9EmpregoeTrabalhonaAgriculturaBrasileira.pdf>> Acesso em: 10/06/2013.

LEMES, D. P. **DIAGNÓSTICO URBANO E AMBIENTAL DE QUARAÍ.** Prefeitura Municipal. 2006.

MIGUEL, L.A.; MIELITZ, C.G.A.; NABINGER, C.; WAQUIL, P.D.; SANGUINÉ, E.; SCHNEIDER, S. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. Estudo & Debate (Lajeado-RS), v. 14, p. 95-124, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/556.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

NEY, M. G. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. Revista Científica Internacional; Ano 3 - N ° 13 Maio/Junho 2010 Disponível em:<<http://www.interscienceplace.org/interscienceplace/article/viewFile/213>

/160>. Acesso em: 14/06/2013.

PATARRA, N. L. **MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: TEMPOS E ESPAÇOS**. Rio de Janeiro 2003

PLEIN, C.. As Metamorfoses da agricultura Familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste Santa Catarina. UFRGS, 2003. 158 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://lume.ufrgs.br>>. Acesso em: maio de 2013.

RANGEL, I. **A questão agrária brasileira**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS. 2004.

RIBEIRO, C A. L; CENTENA, E. L.; MAZZUHY, G. C.; BARCELLOS, R. C. RODRIGUES, V. S. S. **DIAGNÓSTICO URBANO E AMBIENTAL DE QUARAÍ**. Prefeitura Municipal. 2006.

SIMÕES, D.. **Quaraí: terras e águas**. Quaraí: Gráfica Espírito Santo, 1993.

SIMÕES, D. Manuscritos (sem data).

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS. Entrevista informal com Sandra Fernandes. Dia 29/05/2013.

SIQUEIRA, Santiago. **Mapa Municípios do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.santiago.pro.br/mapas/brasil/estados_municipios/riograndedosul.JPG>. Acesso em maio de 2013.

SPANLEVELLO, R. M. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 238 p. Disponível em:<<http://lume.ufrgs.br>>. Acesso em maio 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Deserto do Rio Grande do Sul: Controvérsia**. 1ª Edição, 1992. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

TEJO, L. Contribuição a critica da economia rio-grandense. In Ensaio FEE, Porto Alegre ano 3, n.1, 1982, pág. 80-108.

- 12) Já teve acidente de trabalho? Em qual atividade?
- 13) Você está satisfeito com seu emprego? Quais os aspectos positivos?
- 14) Quais os aspectos negativos? Por quê?
- 15) Você vê vantagens de ser trabalhador rural assalariado? Por quê?
- 16) Quais as desvantagens de ser trabalhador rural assalariado?
- 17) Você incentiva seus filhos (caso tenha filhos) ou amigos e parentes, que os mesmos sejam trabalhadores rurais assalariados futuramente? Por quê?
- 18) Você tem sonhos para realizar? Quais?
- 19) Conhece trabalhadores Quaraíenses que estão trabalhando fora de Quaraí? Quantos?

APENDICE B**Roteiro de entrevista p/ aposentados**

Nome: _____ Local de trabalho: _____

Sexo: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____

Estado civil: _____ Filhos: _____

Curso de qualificação: _____

- 1) Conte como eram as condições de trabalho a partir de 1970 ou anterior?
- 2) Quando você começou a trabalhar como empregado?
- 3) Que tipo de atividade você exerceu no trabalho? Qual foi a sua função?
.
- 4) Quais eram as alternativas de transporte para ir e vir ao local de trabalho? (tempo de deslocamento)
- 5) Quantos dias de folga você tirava p/mês?
- 6) Quantas horas você trabalhava p/ dia?
- 7) Como eram as atividades diárias, quais as atribuições no emprego? D escreva como era a sua rotina, diária, semanal.
- 8) Considerava sua remuneração condizente com suas atribuições? Por quê?
- 9) Você pensava em deixar esse emprego? Por quê?
- 10) Como eram as condições de moradia no trabalho?
- 11) Descreva sobre a alimentação no trabalho:
- 12) Já teve acidente de trabalho? Em qual atividade?

- 13) Você era satisfeito com seu emprego? Quais os aspectos positivos?
- 14) Quais os aspectos negativos? Por quê?
- 15) Você via vantagens de ser trabalhador rural assalariado? Por quê?
- 16) Quais as desvantagens de ser trabalhador rural assalariado?
- 17) Você incentivou seus filhos (caso tenha filhos) ou amigos e parentes, para que os mesmos se tornassem trabalhadores rurais assalariados futuramente? Por quê?
- 18) Como os empregados eram tratados pelos patrões?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS****NOME:****RG:**

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso - **O EMPREGO RURAL FORMA NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ: um estudo sobre as condições de trabalho na pecuária**, para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso: O EMPREGO RURAL FORMA NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ: um estudo sobre as condições de trabalho na pecuária – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo identificar as causas da escassez da mão de obra rural assalariada no município de Quaraí, com o foco nas condições de trabalho.

A minha participação consiste na recepção do aluno Daniel Cleu Alves Marques para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Quaraí, / /